

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	8
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	25

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	57
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	58
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	59

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.177.584
Preferenciais	0
Total	1.177.584
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	5.172.105	4.697.958
1.01	Ativo Circulante	705.419	538.325
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	572.092	423.034
1.01.02	Aplicações Financeiras	18.744	17.176
1.01.03	Contas a Receber	82.242	76.352
1.01.04	Estoques	5.711	5.452
1.01.06	Tributos a Recuperar	14.083	5.298
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	14.083	5.298
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.514	6.688
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.033	4.325
1.01.08.03	Outros	9.033	4.325
1.01.08.03.01	Adiantamento a fornecedores	8.329	2.491
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	318	1.311
1.01.08.03.03	Outros ativos	386	523
1.02	Ativo Não Circulante	4.466.686	4.159.633
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	171.867	169.150
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	50.745	49.433
1.02.01.07	Tributos Diferidos	94.277	95.950
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	26.845	23.767
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	26.845	23.767
1.02.03	Imobilizado	87.272	82.520
1.02.04	Intangível	4.207.547	3.907.963
1.02.04.01	Intangíveis	4.207.547	3.907.963
1.02.04.01.02	Intangível	4.179.986	3.881.048
1.02.04.01.03	Direito de uso	27.561	26.915

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	5.172.105	4.697.958
2.01	Passivo Circulante	586.297	697.326
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.379	23.585
2.01.02	Fornecedores	159.698	104.450
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.221	30.334
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	13.221	30.334
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	13.221	30.334
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	81.912	67.450
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	67.294	50.517
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	67.294	50.517
2.01.04.02	Debêntures	14.618	16.933
2.01.05	Outras Obrigações	152.495	285.636
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	445	1.993
2.01.05.02	Outros	152.050	283.643
2.01.05.02.04	Credor pela concessão	116.606	269.942
2.01.05.02.05	Adiantamento de clientes	20.258	2.560
2.01.05.02.06	Seguros e garantias	3.237	3.243
2.01.05.02.07	Passivo de arrendamento	11.766	7.716
2.01.05.02.09	Outras contas a pagar	183	182
2.01.06	Provisões	156.592	185.871
2.01.06.02	Outras Provisões	156.592	185.871
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	156.592	185.871
2.02	Passivo Não Circulante	3.301.345	2.825.255
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.111.520	2.647.718
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.879.914	1.462.653
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.879.914	1.462.653
2.02.01.02	Debêntures	1.231.606	1.185.065
2.02.02	Outras Obrigações	21.137	22.960
2.02.02.02	Outros	21.137	22.960
2.02.02.02.03	Passivo de arrendamento	19.143	20.966
2.02.02.02.04	Dividendos	1.994	1.994
2.02.04	Provisões	168.688	154.577
2.02.04.02	Outras Provisões	168.688	154.577
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	134.833	120.599
2.02.04.02.05	Provisão para riscos processuais	33.855	33.978
2.03	Patrimônio Líquido	1.284.463	1.175.377
2.03.01	Capital Social Realizado	1.177.584	1.177.584
2.03.04	Reservas de Lucros	210	210
2.03.04.01	Reserva Legal	210	210
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	106.669	-2.417

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	628.088	990.925	377.820	698.171
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-355.821	-630.380	-282.065	-518.160
3.03	Resultado Bruto	272.267	360.545	95.755	180.011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.606	-25.543	-19.761	-29.672
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	47	169	-313	-173
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-12.653	-25.712	-19.448	-29.499
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	259.661	335.002	75.994	150.339
3.06	Resultado Financeiro	-106.251	-169.539	-65.366	-123.106
3.06.01	Receitas Financeiras	22.403	37.781	11.837	24.566
3.06.02	Despesas Financeiras	-128.654	-207.320	-77.203	-147.672
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	153.410	165.463	10.628	27.233
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-51.415	-56.377	-840	-9.753
3.08.01	Corrente	-48.005	-54.704	-976	-976
3.08.02	Diferido	-3.410	-1.673	136	-8.777
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	101.995	109.086	9.788	17.480
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	101.995	109.086	9.788	17.480
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,087	0,093	0,008	0,015
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,081	0,087	0,008	0,014

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	101.995	109.086	9.788	17.480
4.03	Resultado Abrangente do Período	101.995	109.086	9.788	17.480

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	165.227	177.229
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	515.421	306.492
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo do Período)	109.086	17.480
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	118.455	100.341
6.01.01.03	Juros incorridos sobre arrendamento	2.025	1.711
6.01.01.04	Impostos do período	56.377	9.753
6.01.01.05	Provisão para riscos	4.374	6.899
6.01.01.06	Provisão para manutenção	61.942	48.054
6.01.01.07	Juros e apropriação de custo sobre empréstimos e financiamentos	101.562	65.040
6.01.01.08	Juros e apropriação de custo sobre debêntures	61.601	56.644
6.01.01.09	Baixa do imobilizado e intangível	-1	570
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-350.194	-129.263
6.01.02.01	Contas a receber	-5.890	-12.731
6.01.02.02	Estoques	-259	-248
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-8.786	-3.598
6.01.02.04	Adiantamento a fornecedores	-5.839	-311
6.01.02.05	Despesas antecipadas	3.174	666
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-3.078	8.278
6.01.02.07	Outros ativos	118	-165
6.01.02.08	Fornecedores	20.911	-7.945
6.01.02.09	Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais	-1.206	408
6.01.02.10	Credor pela concessão	-153.336	8.949
6.01.02.11	Contas com partes relacionadas	-555	2
6.01.02.12	Adiantamento de clientes	17.698	-1.032
6.01.02.13	Seguros e Garantias	-6	1.120
6.01.02.14	Consumo de provisão para manutenção	-76.987	-72.886
6.01.02.15	Baixas de processos judiciais	-4.497	-1.840
6.01.02.16	IRPJ e CSLL pagos no período	-73.524	-1.681
6.01.02.17	Amortização de juros empréstimos e financiamentos	-45.339	-30.569
6.01.02.18	Amortização de juros debêntures	-12.475	-12.029
6.01.02.19	Juros pagos sobre contrato de arrendamento	-2.025	-1.711
6.01.02.20	Impostos taxas e contribuições	1.707	-1.940
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-384.827	-343.752
6.02.01	Aquisições de imobilizado	-10.631	-2.001
6.02.02	Aquisições de intangível	-371.316	-333.455
6.02.03	Aplicações financeiras vinculadas	-2.880	-8.296
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	368.658	-19.124
6.03.01	Captação empréstimos e financiamentos	400.000	0
6.03.02	Amortização de empréstimos e financiamentos	-22.185	-13.382
6.03.03	Recursos provenientes de alienação de imobilizado	1	2.945
6.03.04	Amortização de debêntures	-4.900	-4.725
6.03.05	Pagamento (principal) dos contratos de arrendamento mercantil	-4.258	-3.962
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	149.058	-185.647

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	423.034	413.015
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	572.092	227.368

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.400.000	-222.416	210	-2.417	0	1.175.377
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.400.000	-222.416	210	-2.417	0	1.175.377
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	109.086	0	109.086
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	109.086	0	109.086
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.400.000	-222.416	210	106.669	0	1.284.463

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

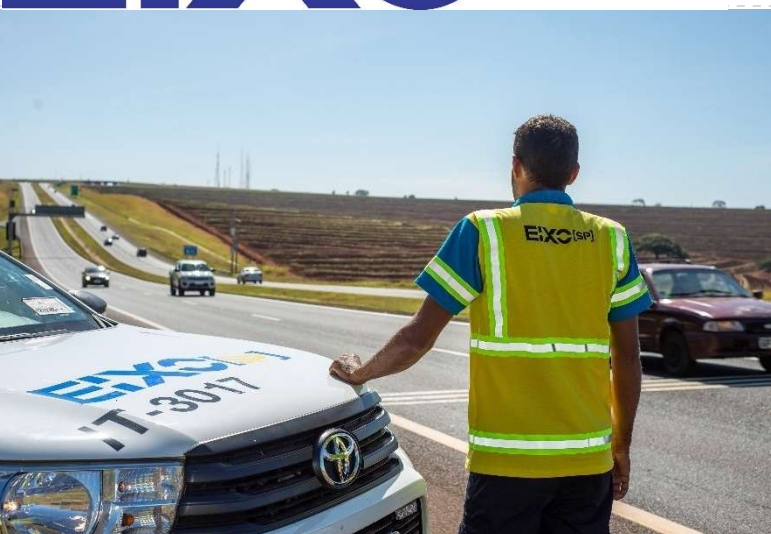
(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.400.000	-430.143	10.497	197.440	0	1.177.794
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.400.000	-430.143	10.497	197.440	0	1.177.794
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	207.727	-10.287	-197.440	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	0	207.727	-10.287	-197.440	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	17.480	0	0	17.480
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	17.480	0	0	0
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	0	17.480
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.400.000	-222.416	17.690	0	0	1.195.274

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	1.059.289	744.217
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	567.333	529.945
7.01.02	Outras Receitas	220.534	-173
7.01.02.02	Outras Receitas	220.534	-173
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	271.422	214.445
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-476.280	-385.426
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-359.535	-294.264
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-49.714	-45.784
7.02.04	Outros	-67.031	-45.378
7.02.04.01	Poder Concedente	-67.031	-45.378
7.03	Valor Adicionado Bruto	583.009	358.791
7.04	Retenções	-118.455	-100.341
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-118.455	-100.341
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	464.554	258.450
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	37.781	24.566
7.06.02	Receitas Financeiras	37.781	24.566
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	502.335	283.016
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	502.335	283.016
7.08.01	Pessoal	60.186	60.683
7.08.01.01	Remuneração Direta	36.220	37.056
7.08.01.02	Benefícios	10.095	10.367
7.08.01.03	F.G.T.S.	12.127	11.740
7.08.01.04	Outros	1.744	1.520
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	124.572	55.972
7.08.02.01	Federais	85.216	29.297
7.08.02.03	Municipais	39.356	26.675
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	208.491	148.881
7.08.03.01	Juros	162.573	121.095
7.08.03.02	Aluguéis	1.171	1.209
7.08.03.03	Outras	44.747	26.577
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	44.747	26.577
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	109.086	17.480
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	109.086	17.480

Comentário do Desempenho



Relatório da Administração

2T26



São Carlos, 13 agosto de 2026.

É com grande satisfação que a Administração da EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração sobre os negócios sociais da Companhia e principais fatos administrativos ocorridos no primeiro semestre de 2026.

As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações financeiras revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

CONTEXTO OPERACIONAL RELACIONADOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO E CORONAVÍRUS

Compensação financeira

Em 5 de maio de 2023 a Companhia recebeu do Poder Concedente a título de compensação financeira antecipada a importância de R\$248.034 para recuperação do pavimento das rodovias SP225 e SP310 (sistema remanescente). O valor foi integralmente aplicado nas referidas obras de recuperação e não há impactos no resultado decorrente desta operação.

Reequilíbrio Covid-19

Em função do deferimento do pleito de recomposição do desequilíbrio econômico-financeiro relativo aos impactos da Covid-19, publicado em DOU em 24 de abril de 2026, a Companhia reconheceu como receita tarifária o valor de R\$ 220.365 na competência de abril de 2026.

DESEMPENHO OPERACIONAL

RESULTADO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil), exceto Tarifa Média	(01/04/26 a 30/06/26)		(01/04/25 a 30/06/25)				(01/01/26 a 30/06/26)		(01/01/25 a 30/06/25)			
	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas
VEPs ¹	17.602	14.132	17.442	14.334	1%	-1%	34.834	28.032	34.217	27.950	2%	0%
Veículos Leves	5.705	6.953	5.703	6.952	0%	0%	11.555	13.947	11.488	13.859	1%	1%
Veículos Pesados	11.897	7.179	11.739	7.382	1%	-3%	23.279	14.085	22.729	14.091	2%	0%
Tráfego ²	8.497	9.023	8.433	9.057	1%	0%	17.044	18.022	16.823	17.946	1%	0%
Veículos Leves	5.758	7.089	5.755	7.088	0%	0%	11.660	14.227	11.594	14.136	1%	1%
Veículos Pesados	2.664	1.801	2.602	1.825	2%	-1%	5.235	3.536	5.083	3.530	3%	0%
Veículos Isentos	75	133	76	144	-1%	-7%	149	259	147	280	1%	-7%
Tarifa Média (R\$)	9,70	8,22	9,20	7,88	5%	4%	9,64	8,19	9,12	7,81	6%	5%

¹ VEPs - Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se à quantidade de eixos pagantes de cada veículo.

² Refere-se à quantidade de veículos pagantes que transitam pelas praças de pedágio da Companhia.

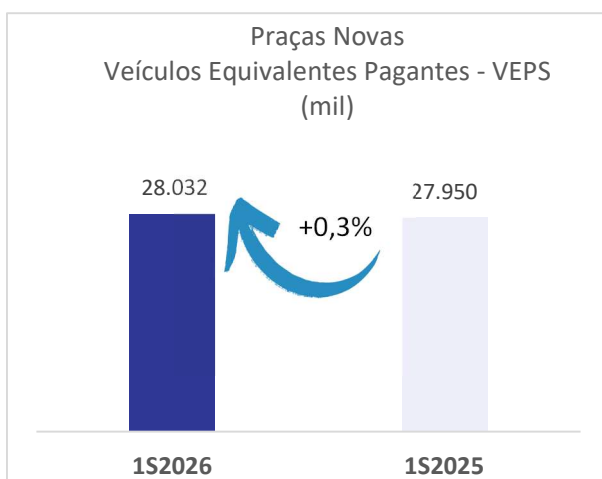
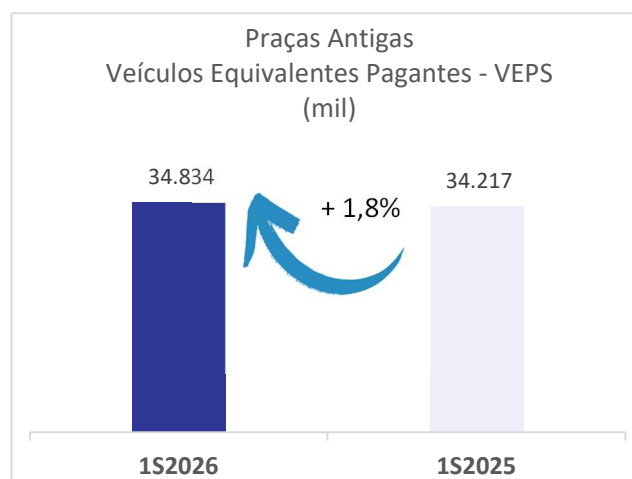
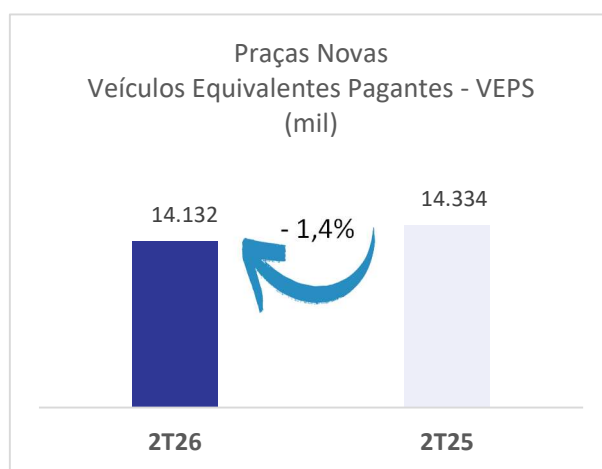
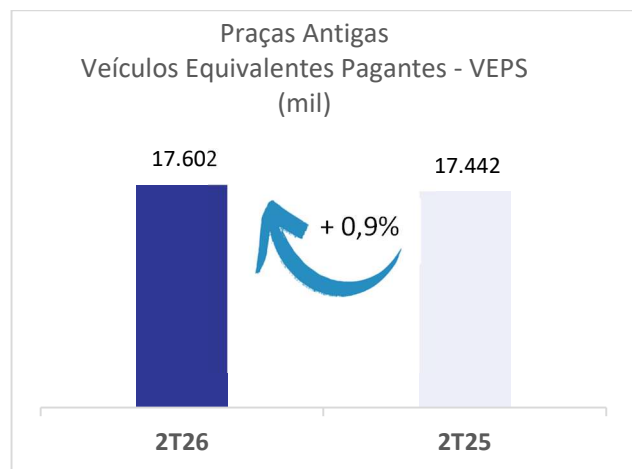
Variação no Transporte de Veículos Dessazonalizado ^{1, 2}	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no Ano (Jan-Jun/26 sobre Jan-Jun/26): Brasil	2,2%	2,5%	2,3%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers.

² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em <http://www.abcr.org.br>

Comentário do Desempenho

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil), para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 2,3% no fluxo total de veículos no primeiro semestre de 2026, comparado com o mesmo período do ano anterior.



No primeiro semestre de 2026, as praças de pedágio da EIXO registraram 62,9 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 1,1% na comparação com o mesmo período de 2025.

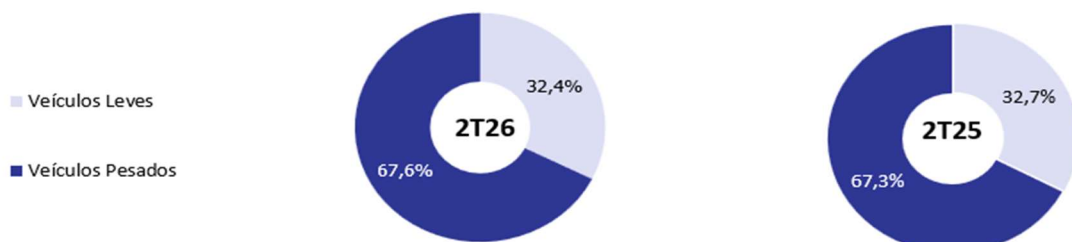
A performance de veículos pesados no primeiro semestre de 2026, representa cerca de 59,4% do tráfego total¹ (59,2% do tráfego no mesmo período em 2025) e apresentaram um aumento de 1,5% no período comparativo. Em veículos leves houve um aumento de 0,6 % no mesmo período comparado a 2025.

¹ Tráfego em Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs.

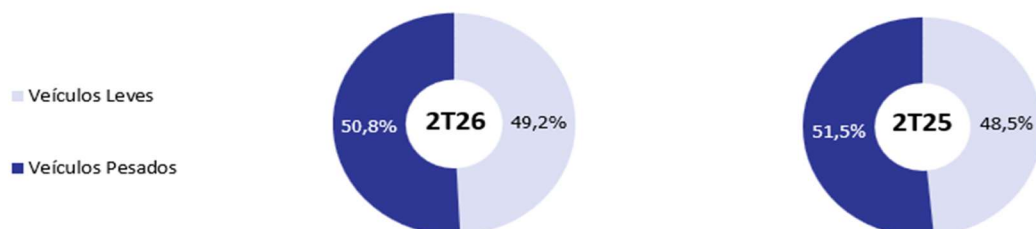
Comentário do Desempenho



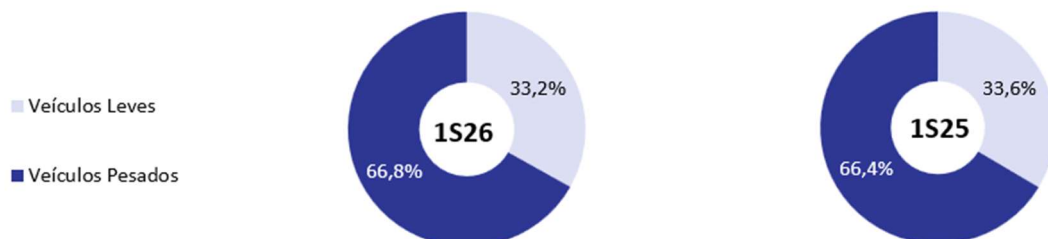
Veículos Leves e Veículos Pesados - Praças Antigas



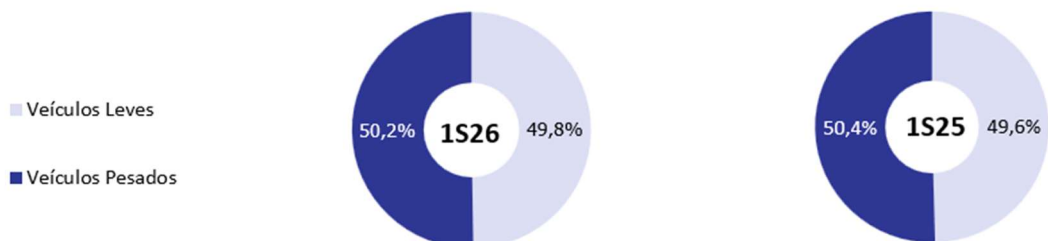
Veículos Leves e Veículos Pesados - Praças Novas



Veículos Leves e Veículos Pesados - Praças Antigas



Veículos Leves e Veículos Pesados - Praças Novas



Os quadros acima referidos não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.



DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ Mil)	(01/04/26 a 30/06/26)	(01/04/25 a 30/06/25)	▲	(01/01/26 a 30/06/26)	(01/01/25 a 30/06/25)	▲
Receita Bruta	672.065	401.677	67%	1.059.120	744.390	42%
Receita com Pedágio ¹	506.321	272.243	86%	785.671	527.628	49%
Receitas Acessórias	981	1.310	-25%	2.027	2.317	-13%
Receita de Construção (IFRS)	164.763	128.124	29%	271.422	214.445	27%
Receita Bruta Ajustada²	507.302	273.553	85%	787.698	529.945	49%
Deduções da Receita Bruta	(43.977)	(23.857)	84%	(68.195)	(46.219)	48%
Receita Líquida Ajustada²	463.325	249.696	86%	719.503	483.726	49%

¹ Em abril/2026 houve o reconhecimento da recomposição do desequilíbrio econômico-financeiro relativo aos impactos da Covid-19, publicado em DOU em 24 de abril de 2026, no valor de R\$220.365.

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

CUSTOS E DESPESAS

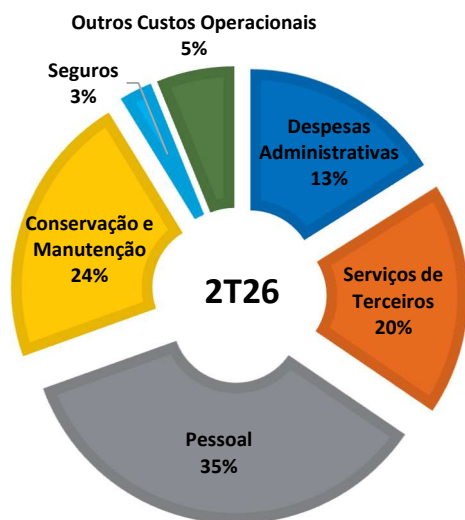
Custos e Despesas (R\$ Mil)	(01/04/26 a 30/06/26)	(01/04/25 a 30/06/25)	▲	(01/01/26 a 30/06/26)	(01/01/25 a 30/06/25)	▲
Pessoal	(25.792)	(26.779)	-4%	(50.234)	(51.174)	-2%
Conservação e Manutenção	(17.555)	(18.807)	-7%	(33.229)	(32.910)	1%
Serviços de Terceiros	(14.640)	(12.454)	18%	(27.376)	(24.420)	12%
Seguros	(1.836)	(1.880)	-2%	(3.694)	(3.664)	1%
Outros Custos Operacionais	(3.807)	(3.830)	-1%	(9.956)	(7.860)	27%
Despesas Administrativas	(9.924)	(11.220)	-12%	(20.271)	(21.420)	-5%
Custos e Despesas Administráveis	(73.554)	(74.970)	-2%	(144.760)	(141.448)	2%
Ônus de Fiscalização e Variável	(43.245)	(23.408)	85%	(67.031)	(45.378)	48%
Depreciação e Amortização	(60.347)	(50.749)	19%	(118.455)	(100.341)	18%
Provisão para Contingências	(1.574)	(7.101)	-78%	(3.158)	(5.814)	-46%
Custos e Despesas Operacionais Ajustados¹	(178.720)	(156.228)	14%	(333.404)	(292.981)	14%
Custo de Construção (IFRS)	(164.763)	(128.124)	29%	(271.422)	(214.445)	27%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(24.991)	(17.161)	46%	(51.265)	(40.233)	27%
Custos e Despesas Operacionais	(368.474)	(301.513)	22%	(656.091)	(547.659)	20%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

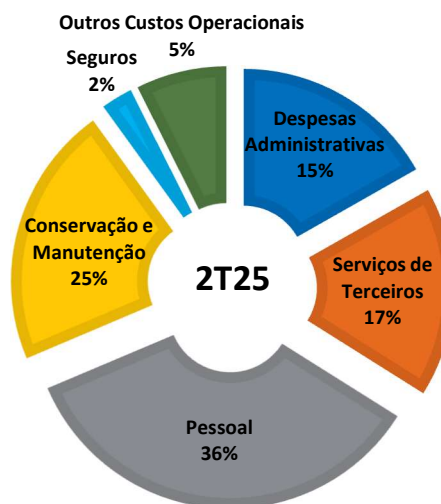


Composição dos Custos e Despesas Administráveis

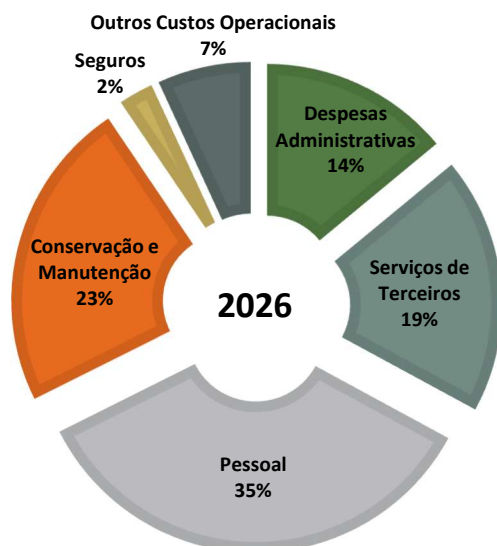
Composição dos custos e despesas no período de 01/04/2026 a 30/06/2026



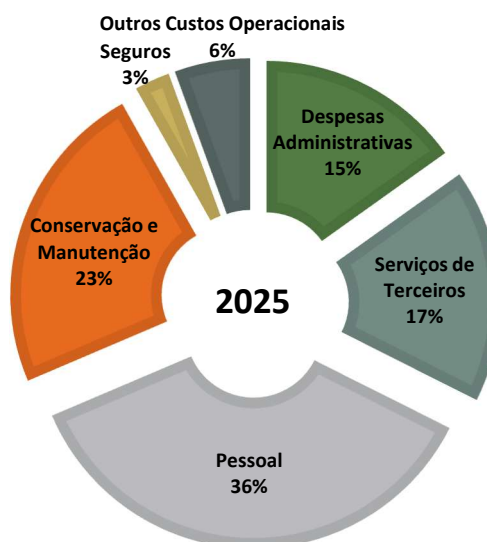
Composição dos custos e despesas no período de 01/04/2025 a 30/06/2025



Composição dos custos e despesas no período de 01/01/2026 a 30/06/2026



Composição dos custos e despesas no período de 01/01/2025 a 30/06/2025



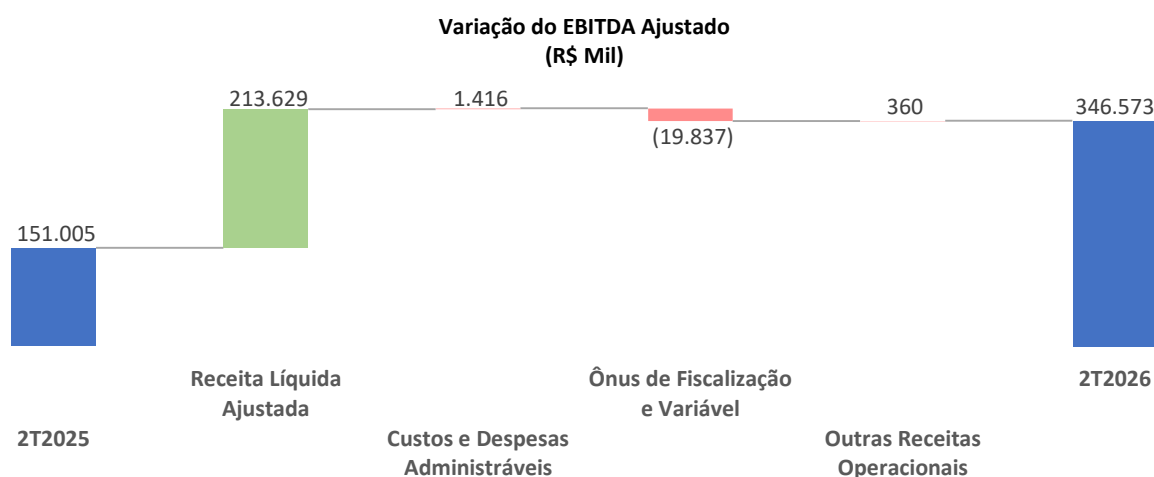
Os Custos e Despesas Administráveis estão abaixo do budget da EIXO.



EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA E Margem EBITDA (R\$ Mil)	(01/04/26 a 30/06/26)	(01/04/25 a 30/06/25)	▲	(01/01/26 a 30/06/26)	(01/01/25 a 30/06/25)	▲
Lucro Líquido	101.995	9.788	942%	109.086	17.480	524%
Resultado Financeiro Líquido	106.251	65.366	63%	169.539	123.106	38%
IRPJ & CSLL	51.415	840	6021%	56.377	9.754	478%
Depreciação & Amortização	60.347	50.749	19%	118.455	100.341	18%
EBITDA RCVM 156/22	320.008	126.743	152%	453.457	250.681	81%
Margem EBITDA	50,95%	33,55%	17,4 p.p.	45,76%	35,91%	9,9 p.p.
Receita de Construção	(164.763)	(128.124)	29%	(271.422)	(214.445)	27%
Custo de Construção	164.763	128.124	29%	271.422	214.445	27%
Provisão de Manutenção	24.991	17.161	46%	51.265	40.233	27%
Provisão para Contingências	1.574	7.101	-78%	3.158	5.814	-46%
EBITDA Ajustado¹	346.573	151.005	130%	507.880	296.728	71%
Margem EBITDA Ajustado¹	74,80%	60,50%	14,3 p.p.	70,60%	61,34%	9,3p.p.

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 346,6 milhões no segundo trimestre de 2026, um aumento de 130% em relação ao mesmo período de 2025, a Margem EBITDA Ajustada aumentou 14,3 pontos percentuais (“p.p.”). O EBITDA ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido das demais despesas não-caixa (i) provisão de manutenção, que são as provisões para atendimento às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme CPC 25 e IAS 12 e (ii) receita e custo de construção e (iii) provisão para contingências.





RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	(01/04/26 a 30/06/26)	(01/04/25 a 30/06/25)	▲	(01/01/26 a 30/06/26)	(01/01/25 a 30/06/25)	▲
Resultado Financeiro	(106.251)	(65.366)	63%	(169.539)	(123.106)	38%
Receitas Financeiras	22.403	11.837	89%	37.781	24.566	54%
Receita de aplicações financeiras	22.380	11.087	102%	37.630	23.580	560%
Outros	23	750	-97%	151	986	-85%
Despesas Financeiras	(128.654)	(77.203)	67%	(207.320)	(147.672)	40%
Juros e variação monetária sobre Empréstimos/Debêntures	(96.454)	(60.723)	59%	(162.573)	(121.094)	34%
Provisão para manutenção - AVP	(6.003)	(3.930)	53%	(10.676)	(7.827)	36%
Amortização de custos com emissão de Empréstimos/Debêntures	(295)	(295)	0,0%	(590)	(590)	0,0%
Despesas bancárias	(21.127)	(5.383)	292%	(26.665)	(10.389)	157%
Outros	(4.775)	(6.872)	-31%	(6.816)	(7.772)	-12%

Inflação e Juros	30/06/2026	30/06/2025	▲
IPCA Últimos 12 Meses	4,64%	5,35%	-0,7 p.p.
CDI Final do Período	14,15%	14,90%	-0,8 p.p.
TJLP Média Últimos 12 meses	9,09%	7,74%	1,3 p.p.

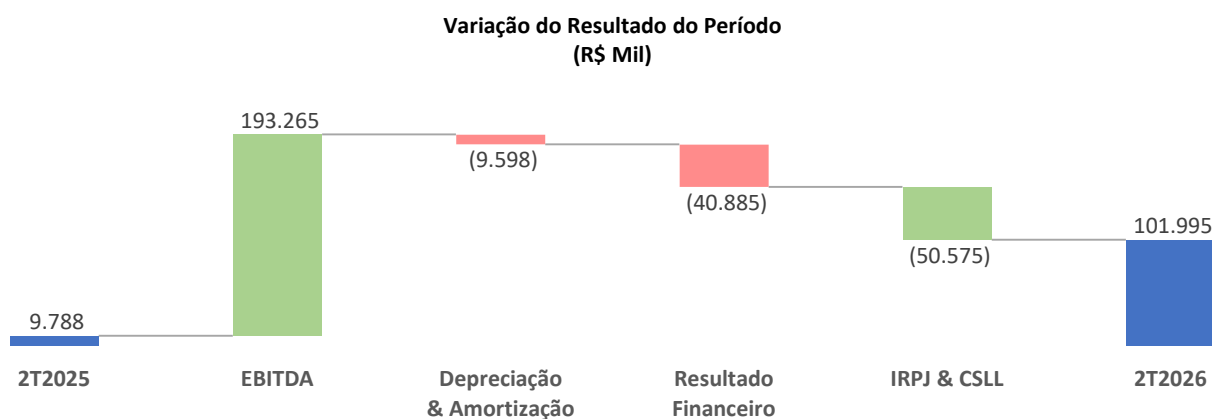
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=series-historicas>

<http://estatisticas.cetip.com.br>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp>

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado do Exercício (R\$ Mil)	(01/04/26 a 30/06/26)	(01/04/25 a 30/06/25)	▲	(01/01/26 a 30/06/26)	(01/01/25 a 30/06/25)	▲
Lucro (Prejuízo) do Exercício	101.995	9.788	942%	109.086	17.480	524%



Comentário do Desempenho



DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Mil) ¹	(01/01/26 a 30/06/26)	(01/01/25 a 30/06/25)	▲
Dívida Bruta	3.212.659	2.301.870	40%
Curto Prazo	83.092	49.275	69%
Empréstimos e Financiamentos	68.103	36.005	89%
Debêntures	14.989	13.270	13%
Longo Prazo	3.129.567	2.252.595	39%
Empréstimos e Financiamentos	1.894.436	1.095.063	73%
Debêntures	430.746	388.640	11%
Debêntures partes relacionadas	804.385	768.892	5%
Disponibilidades	641.581	281.796	110%
Caixa e Equivalente de Caixa	572.092	227.368	152%
Aplicações Financeiras Vinculadas	69.489	54.428	-66%
Dívida Líquida Ajustada	2.571.078	2.020.074	30%

¹ A dívida é definida por empréstimos/financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação).

O financiamento obtido junto ao BNDES (linhas FINEM e Debêntures) estão indexados pelo IPCA e as Aplicações Financeiras Vinculadas são destinadas exclusivamente para a amortização deste financiamento.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ Mil)	(01/01/26 a 30/06/26)	(01/01/25 a 30/06/25)	▲
Investimento Total	4.294.819	3.653.235	18%
Imobilizado	87.272	77.931	12%
Intangível	4.207.547	3.575.304	18%
Direito de Concessão (Investimento)	4.179.986	3.553.378	18%
Direito de Uso	27.561	21.926	26%

Os investimentos realizados em 2026 estão representados principalmente pela duplicação da SP 284 e SP 304, terceiras faixas, acostamentos, edificação de SAUs, implantação de dispositivos de contenção viária, equipamentos de tecnologia, entre outros.

ACOMPANHAMENTO CONTRATO DE FINANCIAMENTO - BNDES

Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R\$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de:

- Subcréditos "A", "B", "C" e "D": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a.
- Subcrédito "E": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a.

O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos:

- Subcréditos "A" e "B": até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R\$1.300.000.

Comentário do Desempenho



A Companhia obteve liberações que consumiram totalmente os subcréditos “A” e “B”, no montante total de R\$1.300.000, sendo que R\$ 950.000 ocorridas nos dias 13 de julho de 2021, 29 de novembro de 2021 e 30 de maio de 2023 pela Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações e R\$ 350.000 via debêntures, ocorrida em 13 de julho de 2021.

- Subcrédito “C”: até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R\$1.100.000.

A Companhia obteve liberação referente ao subcrédito “C”, no montante de R\$400.000 ocorrida no dia 06 de agosto de 2025 pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais.

- Subcréditos “D” e “E”: até 22 de junho de 2029, cujo montante do crédito é de R\$600.000.

O contrato de financiamento prevê que para a conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (completion do subcrédito) a EIXO SP deve, dentre outras obrigações ter apurado (i) EBITDA Ajustado em 31/12/2022 de no mínimo R\$435.000 e (ii) soma dos EBITDAS Ajustados desde o início de sua operação até a data de apuração somado aos valores de capital social integralizado de no mínimo R\$1.770.000, ambos valores na data-base de 31 de dezembro de 2020.

A Companhia atendeu as obrigações pactuadas com o BNDES para obtenção da conclusão físico- financeira parcial do projeto financiado (completion dos subcréditos A e B)

A Companhia demonstra abaixo a evolução dos indicadores do contrato de financiamento, cuja próxima mensuração se dará até dezembro de 2026:

Data Apuração	30/06/2026		31/12/2025	
EBITDA E Margem EBITDA (R\$ Mil)	EBITDA 12 Meses	EBITDA Acumulado	EBITDA 12 Meses	EBITDA Acumulado
Lucro Líquido	179.803	387.318	(2.417)	207.514
Resultado Financeiro Líquido	316.528	1.203.912	184.747	887.383
IRPJ & CSLL	94.456	202.749	(255)	108.294
Depreciação & Amortização	244.366	1.079.320	208.769	834.971
EBITDA ICVM 527	835.153	2.873.298	390.844	2.038.162
Receita de Construção (IFRS)	(271.422)	(3.365.344)	(663.714)	(3.093.922)
Custo de Construção (IFRS)	271.422	3.365.344	663.714	3.093.922
Apropriação Despesas Antecipadas	3.174	(3.514)	(2.341)	(6.688)
Demais Custos e Despesas sem Efeito Caixa ¹	15.534	28.022	(8.941)	14.895
Provisão de Manutenção (IFRS)	61.965	694.325	245.827	632.359
Provisão para Contingências	17.945	57.461	12.754	39.515
EBITDA Ajustado ²	933.770	3.649.593	638.143	2.718.243
Ebitda ajustado (na data-base de 31/12/2020)	680.336	2.948.574	485.742	2.270.078
Capital Social Integralizado (na data-base de 31/12/2020)		1.131.621	162.417	1.131.621
Total	680.336	4.080.195	648.159	3.401.699

¹ Desconsidera os impactos da Folha de Pagamentos (provisão de férias, 13º salário, PLR, encargos) e provisão de fornecedores.

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção, à Provisão para Manutenção, aos efeitos das despesas antecipadas e dos demais custos e despesas sem efeito caixa.



SOBRE A COMPANHIA

A EIXO



A EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A., localizada na Rua Passeio das Castanheiras, 480 – Parque Faber - São Carlos/SP, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. – IBH IX, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social único e exclusivo da exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº

01/2019, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo e de acordo com as decisões tomadas em função das orientações recebidas do acionista controlador.

A cobrança do pedágio iniciou-se em 4 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos.

As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER – Departamento de Estradas de Rodagem – formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente.

O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

O contrato de concessão firmado com o governo paulista prevê investimento de R\$14,1 bilhões ao longo dos 30 anos (base junho/2020). Serão alocados R\$8 bilhões para obras de ampliação e melhoramentos, R\$4,6 bilhões na restauração de rodovias, R\$500 milhões de investimentos socioambientais, e mais R\$1,1 bilhões em equipamentos e sistemas para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, que prevê monitoramento por câmeras inteligentes em 100% malha viária, e disponibilização de rede de dados sem fio (WI-FI) que vai permitir aos usuários a conexão em todo o trecho concedido, com informações em tempo real.

Os planos em curso visam atender ao contido no contrato de concessão e seus anexos, de acordo com o plano de investimentos e EVTE publicados no processo licitatório de Concorrência Internacional 01/2019.

O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) já funciona 24 horas por dia nas 31 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com veículos operacionais.

Comentário do Desempenho



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ Mil)	(01/04/26 a 30/06/26)	(01/04/25 a 30/06/25)	▲	(01/01/26 a 30/06/26)	(01/01/25 a 30/06/25)	▲
Receita Bruta	672.065	401.677	67%	1.059.120	744.390	42%
Receitas com Pedágio	506.321	272.243	86%	785.671	527.628	49%
Receitas Acessórias	981	1.310	-25%	2.027	2.317	-13%
Receita de Construção (IFRS)	164.763	128.124	29%	271.422	214.445	27%
Deduções da Receita	(43.977)	(23.857)	84%	(68.195)	(46.219)	48%
Receita Líquida	628.088	377.820	66%	990.925	698.171	42%
Custos & Despesas + Outras Receitas Operacionais Líquidas	(368.427)	(301.826)	22%	(655.923)	(547.832)	20%
Pessoal	(25.792)	(26.779)	-4%	(50.234)	(51.174)	-2%
Conservação & Manutenção	(17.555)	(18.807)	-7%	(33.229)	(32.910)	1%
Serviços de Terceiros	(14.640)	(12.454)	18%	(27.376)	(24.420)	12%
Seguros	(1.836)	(1.880)	-2%	(3.694)	(3.664)	1%
Outros Custos Operacionais	(3.807)	(3.830)	-1%	(9.957)	(7.860)	27%
Ônus de Fiscalização	(43.245)	(23.408)	85%	(67.031)	(45.378)	48%
Despesas Administrativas	(9.924)	(11.220)	-12%	(20.271)	(21.420)	-5%
Provisão para Contingências	(1.574)	(7.101)	-78%	(3.158)	(5.814)	-46%
Custos de Construção (IFRS)	(164.763)	(128.124)	29%	(271.422)	(214.445)	27%
Provisão para manutenção	(24.991)	(17.161)	46%	(51.265)	(40.233)	27%
Depreciação & Amortização	(60.347)	(50.749)	19%	(118.455)	(100.341)	18%
Outras receitas operacionais líquidas	47	(313)	-115%	169	(173)	-199%
Resultado Operacional	259.661	75.994	242%	335.002	150.339	123%
Resultado Financeiro	(106.251)	(65.366)	63%	(169.539)	(123.106)	38%
Receitas Financeiras	22.403	11.837	89%	37.781	24.566	54%
Receita de aplicações financeiras	22.380	11.087	102%	37.630	23.580	60%
Outros	23	750	-97%	151	986	-84%
Despesas Financeiras	(128.654)	(77.203)	67%	(207.320)	(147.672)	40%
Juros e variação monetária sobre Empréstimos/Debêntures	(96.454)	(60.723)	59%	(162.573)	(121.094)	34%
Provisão para manutenção - AVP	(6.003)	(3.930)	53%	(10.676)	(7.827)	36%
Amortização de custos com emissão de Empréstimos/Debêntures	(295)	(295)	0%	(590)	(590)	0%
Despesas bancárias	(21.127)	(5.383)	292%	(26.665)	(10.389)	157%
Outros	(4.775)	(6.872)	-31%	(6.816)	(7.772)	-12%
Resultado Antes dos Impostos	153.410	10.628	1343%	165.463	27.233	508%
IRPJ & CSLL	(51.415)	(840)	6021%	(56.377)	(9.753)	478%
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(48.005)	(976)	4819%	(54.704)	(976)	5505%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(3.410)	136	-2607%	(1.673)	(8.777)	-81%
Lucro (Prejuízo) do Período	101.995	9.788	942%	109.086	17.480	524%

Comentário do Desempenho
BALANÇO PATRIMONIAL



Ativo (R\$ Mil)		30/06/2026	31/12/2025
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		572.092	423.034
Aplicações financeiras vinculadas		18.744	17.176
Contas a Receber		82.242	76.352
Estoques		5.711	5.452
Adiantamentos a Fornecedores		8.329	2.491
Despesas Antecipadas		3.514	6.688
Impostos a Recuperar		14.083	5.298
Outros Ativos		386	523
Partes relacionadas		318	1.311
Total do Circulante		705.419	538.325
Ativo Não Circulante			
Aplicações financeiras vinculadas		50.745	49.433
Impostos Diferidos		94.277	95.950
Depósitos judiciais		26.845	23.767
Imobilizado		87.272	82.520
Intangível		4.179.986	3.881.048
Direito de Uso		27.561	26.915
Total do Não Circulante		4.466.686	4.159.633
Total do Ativo		5.172.105	4.697.958

Passivo (R\$ Mil)		30/06/2026	31/12/2025
Passivo Circulante			
Fornecedores		159.698	104.450
Empréstimos e financiamentos		67.294	50.517
Debêntures		14.618	16.933
Credor pela concessão		116.606	269.942
Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais		22.379	23.585
Impostos, taxas e contribuições		13.221	30.334
Adiantamento de clientes		20.258	2.560
Seguros e garantias		3.237	3.243
Passivo de arrendamento		11.766	7.716
Partes relacionadas		445	1.993
Provisão para manutenção		156.592	185.871
Outras contas a pagar		183	182
Total do Circulante		586.297	697.326
Passivo Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos		1.879.914	1.462.653
Debêntures		445.214	416.220
Debêntures - Partes Relacionadas		786.392	768.845
Passivo de arrendamento		19.143	20.966
Provisão para riscos processuais		33.855	33.978
Provisão para manutenção		134.833	120.599
Dividendos		1.994	1.994
Total do Não Circulante		3.301.345	2.825.255
Total do Passivo		3.887.642	3.522.581
Patrimônio Líquido			
Capital Social		1.177.584	1.177.584
Reserva Legal		210	210
Reserva de Lucros		106.669	- 2.417
Total do Patrimônio Líquido		1.284.463	1.175.377
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		5.172.105	4.697.958



RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2026: (i) auditoria das demonstrações financeiras anuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS); e (ii) revisão das informações financeiras trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para abertura de capital.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

As informações no relatório de desempenho operacional que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das informações financeiras anuais, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA (INSTRUÇÃO CVM 80)

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI, Artigo 27, da Instrução CVM nº 80/22, pelo presente instrumento, os diretores da EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A. (Companhia) abaixo designados declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes período findo em 30 de junho de 2026.

São Carlos, 13 de agosto de 2026.

 
294.***.***-78
Robinson Alexandre de Avila
Diretor Presidente

 
063.***.***-66
Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Administrativo e Financeiro

Notas Explicativas**EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS****PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E DE 2025****(Em milhares de reais - R\$ mil)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), constituída em 27 de janeiro de 2020, tem por objeto único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público, de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, sendo a sede da Companhia localizada na Rua Passeio das Castanheiras, 480 - Parque Faber - São Carlos - SP.

A Companhia tem como única acionista e controladora a Infraestrutura Brasil Holding IX S.A., que por sua vez tem como controladores em conjunto o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("GIC Group").

O Contrato de Concessão possui prazo de 30 anos, com início em junho de 2020, para a exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama.

O Contrato de Concessão envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar:

- A outorga fixa no valor de R\$1.136.335, a qual foi paga em 1 parcela, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível.
- O contrato prevê pagamento de ônus de fiscalização (1,5% sobre a receita bruta) desde o início da cobrança do pedágio, e outorga variável (7% sobre a receita bruta), esta última iniciada a partir do 13º mês contado da assinatura do termo de transferência inicial. A receita bruta é composta pela receita tarifária bruta, adicionada à receita acessória bruta.
- Compromissos futuros: o contrato de concessão da Companhia prevê investimento de aproximadamente R\$10,1 bilhões para o período remanescente da concessão, devendo ser alocados para obras de ampliação e manutenção do trecho concedido.

A data de início da operação ocorreu em 4 de junho de 2020, formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data. Adicionalmente, o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 535 quilômetros de faixas rodoviárias entre os Municípios de Marília e Panorama, Parapuã e Martinópolis, Martinópolis e Assis, e entre Piracicaba e Jaú. Além disso, haverá construção de vias marginais, construção de faixas adicionais, dispositivos de acesso retorno, ciclovias, áreas de descanso para caminhoneiros e os investimentos em 31 bases do Serviço de Atendimento aos Usuários - SAU.

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Os gastos para aquisição de bens reversíveis, decorrentes das obrigações assumidas no contrato de concessão, são classificados inicialmente como ativo intangível, pois refere-se ao direito da Companhia de cobrar dos usuários pelos serviços prestados.

As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER - Departamento de Estradas de Rodagem - formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente.

O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

O contrato de concessão estabelece que as tarifas de cada praça de pedágio serão definidas tendo como referência uma tarifa quilométrica para cada trecho de pista simples ou dupla, cada uma com o seu valor já determinado e corrigido anualmente pelo IPCA.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 159.001. No período findo em 30 de junho de 2026, ocorreram eventos relevantes que impactaram positivamente sua posição de capital circulante. Em 9 de abril de 2026, foi liberado o montante de R\$ 400.000 referente ao subcrédito "C", com recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e FAT Depósitos Especiais. Adicionalmente, em 24 de abril de 2026, foi publicado no Diário Oficial da União o deferimento do pleito de recomposição do desequilíbrio econômico-financeiro decorrente dos impactos da Covid-19, o que resultou no reconhecimento de receita tarifária no montante de R\$ 220.365 na competência de abril de 2026. Em decorrência desses eventos, a Companhia passou a apresentar capital circulante líquido positivo em 30 de junho de 2026.

2. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As informações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As informações financeiras intermediárias ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (doravante denominadas de "demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025"), publicadas no dia 04 de março de 2026 no jornal O Estado de São Paulo "Estadão" e disponibilizadas por meio do seguinte website: <https://ri.eixosp.com.br>.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Estas informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Caixa	5.016	5.205
Bancos	178	5.471
Aplicações financeiras (i)	566.898	412.358
Total (ii)	<u>572.092</u>	<u>423.034</u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar os compromissos com as obrigações de investimentos em intangível assumidas no contrato da concessão.

- (i) Aplicações financeiras realizadas em CDB com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI foi de 99,94% em 30 de junho de 2026 e à taxa média de 100,4% em 31 de dezembro de 2025.
- (ii) Na data da finalização destas informações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo, bem como, investimentos em intangível previstos para os próximos 12 meses.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Aplicações vinculadas - Empréstimos BNDES	46.694	45.286
Aplicações vinculadas - Debêntures	22.795	21.323
Total	<u>69.489</u>	<u>66.609</u>
Circulante	18.744	17.176
Não circulante	50.745	49.433
	<u>69.489</u>	<u>66.609</u>

Conforme contrato de financiamento obtido junto ao BNDES, a Companhia deverá manter 2 contas para pagamentos do financiamento e 2 contas para pagamento das debêntures, controladas diretamente pelo Banco Santander, e o saldo aplicado será de uso exclusivo para pagamento das operações de financiamento mencionadas abaixo:

BNDES

- (a) Pagamento BNDES: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga mensalmente, a partir de 15 de janeiro de 2025.
- (b) Reserva BNDES: conta específica para constituição de 3 parcelas adicionais que poderão ser utilizadas quando a conta pagamento BNDES não possuir saldo suficiente para pagamento.

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Debêntures

- (a) Pagamento Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga semestralmente, a partir de 16 de junho de 2025.
- (b) Reserva Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento Debêntures não possuir saldo suficiente para pagamento.

A Administração da Companhia não possui indícios quanto a possibilidade de não constituir saldo suficiente em conta para pagamento, mantendo, portanto, as contas de reserva como não circulante.

Aplicações financeiras vinculadas (CDBs) estão sendo mantidas em instituição financeira de primeira linha com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI se manteve à taxa média de 95% em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	82.176	76.293
Receitas acessórias a receber	66	59
Total	<u>82.242</u>	<u>76.352</u>

- (*) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio, que serão recebidas das operadoras de serviço de arrecadação - "OSA" e por cartões de crédito e débito.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possui R\$ 66 em títulos a receber em aberto em processo final de negociação. A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

6. ESTOQUES

Os estoques estão representados por:

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Uniformes e EPIs	1.767	1.832
Manutenção civil e hidráulica	1.981	2.077
Outros	1.963	1.543
Total	<u>5.711</u>	<u>5.452</u>

Em 30 de junho de 2026, os estoques não tinham sido dados em garantia das operações da Companhia. Na data da finalização destas informações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em estoque em até 12 meses.

Notas Explicativas**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Imposto de renda diferido	69.321	70.551
Contribuição social diferida	<u>24.956</u>	<u>25.399</u>
Total	<u>94.277</u>	<u>95.950</u>
2026	72.170	70.740
Após 2027	<u>22.107</u>	<u>25.210</u>
Total	<u>94.277</u>	<u>95.950</u>

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidas ativas tem as seguintes origens:

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	33.855	33.083
Provisão de fornecedores	12.973	1.963
Provisão para manutenção	291.425	306.470
Capitalização de juros	(64.734)	(66.276)
Provisão PLR	3.100	7.258
Outras	<u>666</u>	<u>(291)</u>
Base de cálculo total	277.285	282.207
Taxa combinada de impostos	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>94.277</u>	<u>95.950</u>

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do período:

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	153.410	165.463	10.628	27.234
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	(52.159)	(56.258)	(3.614)	(9.260)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes:				
Capitalização e Amortização de juros	(262)	(524)	(262)	(524)
Outras diferenças permanentes	1.006	405	3.036	30
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(51.415)	(56.377)	(840)	(9.753)
Impostos de renda e contribuição social corrente	(48.005)	(54.704)	(976)	(976)
Impostos de renda e contribuição social diferido	(3.410)	(1.673)	136	(8.777)
	(51.415)	(56.377)	(840)	(9.753)
Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %	34%	34%	8%	36%

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possui Depósitos Judiciais de naturezas cíveis, trabalhistas e ações de desapropriação, classificados como perdas prováveis, conforme tabela abaixo:

	30/06/2026	31/12/2025
Ações cíveis	458	468
Ações Trabalhistas	691	974
Ações de desapropriação (a)	25.696	22.325
Total	26.845	23.767

- (a) As ações judiciais são provenientes das desapropriações necessárias para a realização de seus investimentos em obras de ampliação (duplicações e faixas adicionais), e de melhorias (Postos de Serviço de Atendimento aos Usuários – SAU e Áreas de Descanso para Caminhoneiros, Postos Gerais de Fiscalização – PGF, Parada de Cargas Especiais e Produtos Perigosos) nas rodovias: SP 294, SP 191, SP 225, SP 284, SP 304 e SPI 194 da SP 308 e Contorno de Águas de São Pedro.

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

9. IMOBILIZADO

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonias comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Edifícios	Outros	Total
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.842	50.268	8.274	279	702	64.015	8.436	3.597	138.413
Adições	26	8.269	1.129	96	-	74	-	1.108	10.702
Baixas	-	(19)	-	(12)	-	(157)	-	-	(188)
Saldo em 30 de junho de 2026	2.868	58.518	9.403	363	702	63.932	8.436	4.705	148.927
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(883)	(13.352)	(4.689)	(47)	(212)	(34.733)	(566)	(1.411)	(55.893)
Adições	(185)	(2.709)	(433)	(34)	(36)	(1.934)	(175)	(444)	(5.950)
Baixas	-	19	-	11	-	158	-	-	188
Saldo em 30 de junho de 2026	(1.068)	(16.042)	(5.122)	(70)	(248)	(36.509)	(741)	(1.855)	(61.655)
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 30 de junho de 2026	1.800	42.476	4.281	293	454	27.423	7.695	2.850	87.272
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	10	25	10	
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.386	41.044	6.463	100	631	63.590	7.952	1.732	123.898
Adições	456	9.333	1.811	179	87	782	484	1.870	15.002
Baixas	-	(109)	-	-	(16)	(357)	-	(5)	(487)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.842	50.268	8.274	279	702	64.015	8.436	3.597	138.413
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(524)	(8.009)	(4.052)	(6)	(142)	(30.835)	(216)	(969)	(44.753)
Adições	(359)	(5.406)	(637)	(41)	(72)	(4.129)	(350)	(445)	(11.439)
Baixas	-	63	-	-	2	231	-	3	299
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(883)	(13.352)	(4.689)	(47)	(212)	(34.733)	(566)	(1.411)	(55.893)
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.959	36.916	3.585	232	490	29.282	7.870	2.186	82.520
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	10	25	10	

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2026, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos, debêntures ou de processos de qualquer natureza.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis, são revisados detalhadamente anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há no primeiro semestre de 2026 nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos imobilizados.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia em 30 de junho de 2026.

10. INTANGÍVEL

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias – obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos (i)	Contrato de Concessão-Outorga (i e ii)	Software	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2025	574.280	2.897.136	1.136.335	10.995	4.618.746
Adições (a)	326.507	79.920	-	586	407.013
Baixas (b)	-	-	-	-	-
Transferências (c)	(176.104)	176.104	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2026	<u>724.683</u>	<u>3.153.160</u>	<u>1.136.335</u>	<u>11.581</u>	<u>5.025.759</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(525.201)	(211.481)	(1.016)	(737.698)
Adições	-	(88.908)	(18.939)	(228)	(108.075)
Baixas	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2026	<u>-</u>	<u>(614.109)</u>	<u>(230.420)</u>	<u>(1.244)</u>	<u>(845.773)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>574.280</u>	<u>2.371.935</u>	<u>924.854</u>	<u>9.979</u>	<u>3.881.048</u>
Saldo em 30 de junho de 2026	<u>724.683</u>	<u>2.539.051</u>	<u>905.915</u>	<u>10.337</u>	<u>4.179.986</u>
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,78	3,33	6,64	

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias – obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos (i)	Contrato de Concessão- Outorga (i e ii)	Software	Total
Custo do intangível					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	424.409	2.281.677	1.136.335	7.343	3.849.764
Adições	619.201	159.290	-	3.652	782.143
Baixas (c)	(2.308)	(10.853)	-	-	(13.161)
Transferências	(467.022)	467.022	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	574.280	2.897.136	1.136.335	10.995	4.618.746
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(373.623)	(173.604)	(611)	(547.838)
Adições	-	(151.919)	(37.877)	(405)	(190.201)
Baixas	-	341	-	-	341
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(525.201)	(211.481)	(1.016)	(737.698)
Intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2025	574.280	2.371.935	924.854	9.979	3.881.048
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,78	3,33	6,64	

- (a) As principais adições do primeiro semestre de 2026 estão representadas pela duplicação da SP 294, SP 284 e SP 304, dispositivos de entroncamento, desapropriações, terceiras faixas, acostamentos, equipamentos de tecnologia, entre outros.
- (b) No primeiro semestre de 2026 não houve baixas de ativo intangível. Em 2025 foram baixados (R\$114), referentes a equipamentos de conservação rotineira, considerados inservíveis, (R\$ 34) postes sucateados, (R\$ 3.687) referente a venda de caminhões para a Via Araucária e (R\$ 9.326) referente à dação de veículos e equipamentos em pagamento para ativo intangível construído.
- (c) No primeiro semestre de 2026 a transferência de obras de andamento para operação está representada majoritariamente pelas obras da Terceiras e Quartas faixas da SP 310.

O intangível, o contrato de concessão e os softwares/direito de uso são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da vida útil ou prazo remanescente da concessão, dos dois o menor, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo remanescente da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

No primeiro semestre de 2026 não houve capitalização de custos de empréstimos.

- (i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.
- (ii) Vide nota explicativa nº 1.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais “IFRS Accounting Standards”, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há no primeiro semestre de 2026 nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos intangíveis.

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

11. DIREITO DE USO

Descrição	Saldo em 31/12/2025	Adições e atualizações contratuais	Baixas(a)	Depreciação	Saldo em 30/06/2026
Equipamentos operacionais	849	-	-	(51)	798
Instalações e Edificações	4.300	-	-	(2.236)	2.064
Veículos	21.766	8.556	(2.071)	(3.552)	24.699
	<u>26.915</u>	<u>8.556</u>	<u>(2.071)</u>	<u>(5.839)</u>	<u>27.561</u>

	Saldo em 31/12/2024	Adições e atualizações Contratuais	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Equipamentos operacionais	911	37	-	(99)	849
Instalações e edificações	2.082	3.471	-	(1.253)	4.300
Veículos (b)	11.595	18.674	(176)	(8.327)	21.766
Total	<u>14.588</u>	<u>22.182</u>	<u>(176)</u>	<u>(9.679)</u>	<u>26.915</u>

(a) As baixas do primeiro semestre de 2026 estão majoritariamente representadas pelas devoluções de veículos.

(b) As adições referem-se majoritariamente à reajuste contratual da frota de veículos operacionais e administrativos.

Saldos relacionados as operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 3 e 19 anos. A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo que as opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média real de 13,04% a.a., pois os contratos de arrendamento são corrigidos pela inflação. A taxa real é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

Notas Explicativas

12. FORNECEDORES

	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores - Obras (intangível)	120.510	86.237
Fornecedores - Imobilizado	537	465
Fornecedores - Serviços	38.651	17.748
Total	<u>159.698</u>	<u>104.450</u>

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos está composto pelo saldo devedor das notas promissórias e BNDES, ambos reduzido dos custos de captação a amortizar, conforme movimentação detalhada a seguir:

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2025	Captação	Juros e atualização monetária/amortização de custo	Amortização Principal	Amortização Juros	Saldo em 30/06/2026
BNDES (a)	IPCA	5,21%	1.513.170	400.000	101.562	(22.185)	(45.339)	1.947.208
Total			<u>1.513.170</u>	<u>400.000</u>	<u>101.562</u>	<u>(22.185)</u>	<u>(45.339)</u>	<u>1.947.208</u>

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2024	Captação	Juros e atualização monetária/amortização de custo	Amortização Principal	Amortização Juros	Saldo em 31/12/2025
BNDES (a)	IPCA	5,21%	1.093.839	400.000	120.890	(31.007)	(70.552)	1.513.170
Total			<u>1.093.839</u>	<u>400.000</u>	<u>120.890</u>	<u>(31.007)</u>	<u>(70.552)</u>	<u>1.513.170</u>

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante	67.294	50.517
Não circulante	1.879.914	1.462.653

a) Financiamento BNDES

Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R\$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de:

- Subcréditos "A", "B", "C" e "D": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a.
- Subcrédito "E": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a.

O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos:

- Subcréditos "A" e "B": até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R\$1.300.000.

A Companhia obteve liberações que consumiram totalmente os subcréditos "A" e "B", no montante total de R\$1.300.000, sendo que R\$ 950.000 ocorridas nos dias 13 de julho de 2021, 29 de novembro de 2021 e 30 de maio de 2023 pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações e R\$ 350.000 via debêntures, ocorrida em 13 de

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

julho de 2021.

- Subcrédito “C”: até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R\$1.100.000.

A Companhia obteve liberação referente ao subcrédito “C”, no montante de R\$800.000 ocorridas nos dias 06 de agosto de 2025 e 09 de abril de 2026 pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais.

- Subcréditos “D” e “E”: até 22 de junho de 2029, cujo montante do crédito é de R\$600.000.

O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de:

- Subcréditos “A”, “B” e “C”: carência até 15/01/2025. Após a carência a amortização se dará em 245 prestações, iniciando em 15/01/2025 e terminando em 15/05/2045.
- Subcrédito “D” e “E”: carência até 15/01/2027. Após a carência a amortização se dará em 221 prestações, iniciando em 15/01/2027 e terminando em 15/05/2045.

No período de carência o pagamento dos juros será realizado trimestralmente.

Não há cláusulas restritivas (“covenants”) financeiros sobre o financiamento.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existência de:

- Instauração de processo de caducidade, anulação, relicitação ou rescisão do contrato de concessão.
- Celebração de aditivo aos contratos da concessão, que possa prejudicar o cumprimento das obrigações, sem anuência prévia do BNDES.
- Descumprimento das seguintes obrigações contratuais: 1. Contratação e manutenção dos seguros exigidos no plano de seguros previsto no contrato de concessão, 2. Contratação e manutenção integral da garantia de execução contratual, 3. Pagamento de outorgas e taxas da ARTESP.
- Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores.
- Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência.
- Ocorrência de declaração de vencimento antecipado das debêntures autorizadas ou qualquer outra dívida tomada.
- Inadimplemento das dívidas celebradas com o BNDES.
- Não substituição das fianças bancárias.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados.

O contrato de financiamento prevê que para a conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado “completion” dos subcréditos A e B) a EIXO SP deve, dentre outras obrigações ter apurado (i) EBITDA Ajustado em 31/12/2022 de no mínimo R\$435.000 e (ii) soma dos EBITDAS Ajustados desde o início de sua operação até a data de apuração somado aos valores de capital social integralizado de no mínimo R\$1.770.000, ambos valores na data-base de 31 de dezembro de 2020. A Companhia atendeu as obrigações pactuadas com o BNDES para obtenção da conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (“completion” dos subcréditos A e B).

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

14. DEBÊNTURES

A posição das debêntures (com partes relacionadas e BNDES) em 30 de junho de 2026 é:

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2025	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização Principal	Amortização Juros	Saldo em 30/06/2026
Partes relacionadas (ii)	-	9,77%	768.845	-	35.495	-	-	804.340
BNDES (i) (ii)	IPCA	5,05%	433.153	-	26.106	(4.900)	(12.475)	441.884
Total			1.201.998	-	61.601	(4.900)	(12.475)	1.246.224

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2024	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização Principal	Amortização Juros	Saldo em 31/12/2025
Partes relacionadas (ii)	-	9,77%	700.408	-	68.437	-	-	768.845
BNDES (i) (ii)	IPCA	5,05%	426.235	-	41.135	(9.625)	(24.592)	433.153
Total			1.126.643	-	109.572	(9.625)	(24.592)	1.201.998

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante	14.618	16.933
Não circulante	445.214	416.220
Não circulante partes relacionadas	786.392	768.845

(i) As debêntures não possuem “covenants” financeiros.

Notas Explicativas**a) Debêntures com Partes Relacionadas**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$145.500 (145,5 debêntures com valor unitário de R\$1) e de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$339.500 (339,5 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

A conversão em ações pode ser realizada de forma obrigatória no caso de vencimento antecipado ou facultativa a critério do Debenturista a partir do 2º aniversário de integralização das Debêntures. A quantidade de ações a ser entregue ao debenturista no caso de conversão será variável e calculada pelo valor atualizado da debênture dividido pelo valor justo da ação da Companhia, multiplicado pelo número de debentures convertidas.

As debêntures foram emitidas em janeiro e maio de 2021 e terão prazo de vencimento de 26 anos, com vencimento em 15 de janeiro de 2047 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,77% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R\$490.702 (R\$285.000 em janeiro e R\$205.702 em maio de 2021), através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela Emissora junto a instituições financeiras, públicas ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional.

b) Debêntures BNDES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$350.000 (350 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

As debêntures foram emitidas em julho de 2021 e terão prazo de vencimento de 174 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, atualizados por IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,05% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos semestralmente, iniciando em 15 de dezembro de 2021. A amortização do principal dar-se-á em 22 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira em 16 de junho de 2025 e última em 15 de dezembro de 2035. A Companhia já recebeu o montante de R\$350.000, através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de não pagamento do saldo do valor nominal atualizado, dos juros remuneratórios e/ou quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos debenturistas, entre outras.

Não há cláusulas restritivas ("covenants") financeiros sobre as debêntures.

Notas Explicativas**15. CREDOR PELA CONCESSÃO**

Corresponde ao pagamento de ônus de fiscalização de 1,50% e outorga variável I e II (4,00% e 3,00% respectivamente) totalizando 7,00%, constante do contrato de concessão, que somam um total de 8,50% das receitas de pedágio e receitas acessórias da Companhia auferidas mensalmente.

A antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente - "ACDUF" corresponde à devolução de 62,5% da outorga variável I do contrato de concessão.

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Ônus de fiscalização	2.740	2.407
Outorga variável	15.803	14.146
Antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente (i)	96.283	84.683
Coeficiente Serviço Prestado – CSP	1.780	4.173
Reequilíbrio cautelar COVID (ii)	-	164.533
Total	<u>116.606</u>	<u>269.942</u>

- (i) O contrato de concessão prevê desconto aos usuários frequentes, sendo que tais descontos são compensados com parte da outorga variável a título de reequilíbrio antecipado do Desconto do Usuário Frequente - "ACDUF". Considerando a apuração mensal é realizada com base em estimativa e não nos valores reais, assim que concluído o processo administrativo junto à ARTESP providenciaremos a devolução do montante reequilibrado a maior.
- (ii) A companhia recebeu, de forma cautelar, no dia 3 de junho de 2024, a importância de R\$164.533 referente à 80% do reequilíbrio contratual referente às perdas de receita de pedágio pelos fatores da pandemia COVID. Em função do deferimento do pleito publicado no DOU em 24 de abril de 2026, a companhia reconheceu como receita tarifária no mês de abril de 2026 o valor de R\$ 220.365, compostos pelo recebimento cautelar e pelo recebimento do saldo adicional no valor de R\$ 55.832 realizado no mês de maio de 2026.

16. SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Salários e honorários	1.028	890
Empréstimo bancário descontado	431	340
Encargos sociais e previdenciários	3.173	3.247
Provisão de férias	10.850	11.016
Provisão de 13º	4.225	-
Provisão para participação nos lucros ou resultados e gratificações	2.672	8.092
Total	<u>22.379</u>	<u>23.585</u>

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.865	3.914
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	17.228
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.802	4.943
Impostos federais terceiros	492	675
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	2.209	1.522
Imposto Sobre Serviços - ISS terceiros	1.853	2.052
Total	<u>13.221</u>	<u>30.334</u>

18. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Para o período findo em 30 de junho de 2026 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

Partes relacionadas (*)	Transação (**)	30/06/2026	
		Ativo circulante	Passivo circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de fibra	25	-
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de torres	99	-
Via Campo Concessionária	Reembolso de despesas	30	-
Pátria Infraestrutura V Master	Reembolso de despesas	22	-
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	Prestação de serviços (a)	1	392
Via Araucária Concessionária de Rodovias	Reembolso de despesas	61	53
Infraestrutura Br V	Reembolso de despesas	9	-
Saldo em 30/06/2026		<u>318</u>	<u>445</u>

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Partes relacionadas (*)	Transação (**)	31/12/2025	
		Ativo circulante	Passivo circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de fibra	55	-
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de torres	186	34
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
Pátria Infraestrutura V Master	Reembolso de despesas	22	-
Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A.	Reembolso de despesas	862	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de serviços (a)	47	1.466
Infraestrutura BR V Rodovias NP Holding I S.A	Reembolso de despesas	9	-
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.	Reembolso de despesas	59	493
Saldo em 31/12/2025		1.311	1.993

Partes Relacionadas (*)	Resultado			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	25	68	81	132
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	410	933	296	576
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	-	-	(1)	-
Via Campo Concessionária	-	65	-	-
Reune Gestão Estratégica	-	52	-	-
IBH I Serviços e Participações S.A.(a)	(1.916)	(4.969)	(3.220)	(6.309)
Pátria Infraestrutura V Master	-	-	4	4
Infraestrutura BR V	-	-	9	9
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.	100	96	2.954	3.004
	(1.381)	(3.755)	123	(2.584)

(a) Prestação de serviços para atividades contábeis e fiscais, financeiras, "supply chain", administração de pessoal, seguros, entre outras.

(*) Parte relacionada composto pelas investidas do Pátria Investimentos, sem qualquer ligação societária com a Companhia, exceto pelo Fundo Pátria investidor e IBH I Serviços e Participações S.A.

(**) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração dos Administradores

Em 30 de abril de 2026, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2026 em até R\$10.000, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o exercício social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

No período de 1º de janeiro de 2026 a 30 de junho de 2026, foram pagos R\$5.544 (R\$8.107 em 31 de dezembro de 2025) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros.

Debêntures

As debêntures mencionadas na nota explicativa nº 14, alínea a), foram captadas com partes relacionadas: (i) Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - 70% do montante total captado; e (ii) Warrington Investment Pte. Ltd. ("GIC Group") - 30% do montante total captado.

Destacamos o resultado de juros em relação as debêntures emitidas com partes relacionadas, vide nota explicativa nº 14 com efeito no resultado no montante de R\$ 35.495 para o exercício findo em 30 de junho de 2026 (R\$ 68.437 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025).

Passivo de arrendamento

Os contratos da EVM Evolution Mobility S.A. fazem parte do passivo de arrendamento, os contratos têm por objeto a locação de veículos elétricos, com média de 8 anos de duração. A contratada é parte relacionada e movimentou o montante de R\$ 1.722, no primeiro semestre de 2026.

19. PASSIVO DE ARRENDAMENTO**a) Política contábil**

A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspondentes direitos contratuais e obrigações deverão ser reconhecidos no Balanço patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 13,04% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil estimada do bem ou prazo de vigência do contrato, dos 2 o menor, e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, se aplicável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Notas Explicativas

b) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Saldo inicial	28.682	15.222
Adições e atualizações contratuais (a)	8.556	22.182
Baixas de contrato	(2.071)	(176)
Juros provisionados	2.025	3.413
Pagamento de juros	(2.025)	(3.413)
Pagamento de principal	<u>(4.258)</u>	<u>(8.546)</u>
Total	<u>30.909</u>	<u>28.682</u>
Circulante	11.766	7.716
Não circulante	19.143	20.966

A realização da parcela não circulante do arrendamento dar-se-á da seguinte forma:

2027	5.978	9.622
2028	7.179	6.556
2029 em diante	<u>10.271</u>	<u>10.271</u>
Total	<u>23.428</u>	<u>26.449</u>
Ajuste a valor presente	<u>(4.285)</u>	<u>(5.483)</u>
Passivo de arrendamento	<u>19.143</u>	<u>20.966</u>

(a) As adições referem-se majoritariamente à reajuste contratual da frota de veículos operacionais e administrativos.

	<u>Adoção Inicial</u>	<u>Dez.2023</u>	<u>Dez.2024</u>	<u>Dez.2025</u>	<u>Jun.2026</u>	<u>Dez.2026</u>	<u>Dez.2027</u>	<u>Dez.2028 em diante</u>
IPCA						5,15%	4,20%	3,78%
<u>Ativo de arrendamento</u>								
Balanço patrimonial	6.882	10.214	14.588	26.915	27.561	19.365	11.650	-
Fluxo com projeção	6.882	10.214	14.588	26.915	27.561	20.200	12.098	-
<u>Passivo de arrendamento</u>								
Balanço patrimonial	6.507	9.625	15.222	28.682	30.909	22.132	14.413	-
Fluxo com projeção	6.507	9.625	15.222	28.682	30.909	23.086	14.966	-
<u>Despesas financeiras</u>								
Balanço patrimonial		464	1.577	3.413	2.025	1.676	2.475	3.192
Fluxo com projeção		464	1.577	3.413	2.025	1.676	2.475	3.192
<u>Despesas de depreciação</u>								
Balanço patrimonial		6.984	8.919	9.679	5.839	5.740	9.699	12.121
Fluxo com projeção		6.984	8.919	9.679	5.839	6.036	10.107	12.579

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

- (i) Apresentamos a evolução do ativo de arrendamento no qual podemos notar o impacto da realização esperada para ele através das despesas de amortização.
- (ii) Temos a evolução do passivo de arrendamento, que sofre impactos das despesas financeiras e sua realização ocorrerá através do recebimento das devidas faturas.

20. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 9,35% ao ano, correspondente a taxa de retorno do contrato de concessão. Os valores são provisionados por trecho e os ciclos de intervenções ocorrem, em média, a cada oito anos.

<u>Mapa movimentação</u>	<u>Saldo em 31/12/2025</u>	<u>Adição</u>	<u>Consumo</u>	<u>Saldo em 30/06/2026</u>
Provisão para manutenção (a)	319.385	51.266	(76.987)	293.664
AVP	(12.915)	10.676	-	(2.239)
	<u>306.470</u>	<u>61.942</u>	<u>(76.987)</u>	<u>291.425</u>
<u>Mapa movimentação</u>	<u>Saldo em 31/12/2024</u>	<u>Adição</u>	<u>Consumo</u>	<u>Saldo em 31/12/2025</u>
Provisão para manutenção (a)	200.356	245.827	(126.798)	319.385
AVP	1.116	(14.031)	-	(12.915)
	<u>201.472</u>	<u>231.796</u>	<u>(126.798)</u>	<u>306.470</u>
			<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Circulante			156.592	185.871
Não circulante			134.833	120.599

- (a) A atualização pela inflação é realizada sobre o montante histórico e acumulado da provisão constituída.

21. PROVISÃO PARA RISCOS**a) Provável**

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possui processos de natureza cível classificados como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

Notas Explicativas

	30/06/2026	31/12/2025
Provisão para riscos trabalhistas	5.285	3.701
Provisão para riscos cíveis (ii)	28.570	30.277
Total	<u>33.855</u>	<u>33.978</u>
<u>Mapa movimentação</u>		
Saldo inicial	33.978	30.462
Adições (i)	7.038	38.007
Baixas	(7.059)	(32.368)
Atualização monetária	<u>(102)</u>	<u>(2.123)</u>
Saldo final	<u>33.855</u>	<u>33.978</u>

No primeiro semestre de 2026 foram pagos R\$ 4.497 (R\$ 2.792 em 31 de dezembro de 2025) a título de indenizações processuais.

- (i) As adições ocorridas no primeiro semestre de 2026 possuem natureza cível e regulatória (R\$4.805) tendo como principais motivos, objetos, animais na pista e anulatórias de penalidades, enquanto as adições de natureza trabalhista (R\$2.233), em sua maioria, provenientes de reclamação trabalhista distribuídos por colaboradores diretos.
- (ii) Importante destacar que a Companhia possui cobertura de seguros para tais contingências, e o processo de regulação está em andamento. O montante do reembolso estimado, referente à essas contingências, é de R\$12.972. Caso haja uma eventual condenação, a Companhia poderá ser reembolsada, conforme o andamento e a resolução do processo de regulação dos seguros. O valor do reembolso dependerá da análise e aprovação das seguradoras, sendo este um fator relevante a ser considerado na gestão do risco. A Companhia continuará acompanhando de perto a evolução dos processos e as etapas da regulação dos seguros, garantindo que todas as ações necessárias sejam tomadas para o adequado cumprimento de suas obrigações, caso sejam necessárias.

b) Possível

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possui processos de natureza cível no montante de R\$37.817 (R\$14.628 em 31 de dezembro de 2025) e trabalhistas no montante de R\$44.609 (R\$31.389 em 31 de dezembro de 2025) classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

Ademais, a Companhia não possui causas de natureza regulatória, tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2026, o capital social subscrito é de R\$1.400.000, sendo integralizado R\$1.177.584 em 31 de dezembro de 2025, representado por 1.177.584.000 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 3 de janeiro de 2025 foi aprovada a integralização de capital de R\$207.727 e rerratificada em 30 de março de 2025 mediante R\$ 197.440 do saldo da reserva de lucros e R\$ 10.287 do saldo da

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

reserva legal, ambos acumulados até 31 de dezembro de 2024.

O capital social integralizado é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	1.177.584.000	100

b) Dividendos mínimos obrigatório aos acionistas

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social.

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva Legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social. Eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores.

d) Reserva de retenção de lucros:

A reserva de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com objetivo à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos previstos no contrato de concessão e financiar o capital de giro da Companhia. Eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores.

Em 30 de junho de 2026 foi adicionada à reserva de retenção de lucros o montante de R\$ 109.086, e em 31 de dezembro 2025 não foi constituída reserva de retenção de lucros.

23. RECEITAS

Estão representadas por:

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receita com arrecadação de pedágio (a)	285.956	565.306	272.243	527.628
Receita Reequilíbrio Covid-19 (b)	220.365	220.365	-	-
Receitas com construção	164.763	271.422	128.124	214.445
Receita acessória (c)	981	2.027	1.310	2.317
Receita bruta	672.065	1.059.120	401.677	744.390
Deduções da receita	(43.977)	(68.195)	(23.857)	(46.219)
Receita líquida	<u>628.088</u>	<u>990.925</u>	<u>377.820</u>	<u>698.171</u>

Notas Explicativas

- (a) A partir de 4 de junho de 2026 houve reajuste das tarifas de pedágio de acordo com a inflação acumulada (IPCA) em 4,39%. Em 04 de junho de 2025 o reajuste das tarifas de pedágio foi de 5,53%.
- (b) Reconhecimento da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro relativo aos impactos da Covid-19, publicado em DOU em 24 de abril de 2026, conforme nota explicativa nº15.
- (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos entre outros.

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Base de cálculo de impostos				
Receitas com serviços	286.937	567.333	273.553	529.945
Receita Reequilíbrio Covid-19	220.365	220.365		
Coeficiente de Serviços Prestados - CSP	2.247	2.360	2.632	5.433
Base de cálculo	<u>509.549</u>	<u>790.058</u>	<u>276.185</u>	<u>535.378</u>
Deduções				
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(15.287)	(23.703)	(8.291)	(16.063)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(3.312)	(5.136)	(1.796)	(3.481)
Imposto Sobre Serviços - ISS (2% e 5%)	(25.378)	(39.356)	(13.770)	(26.675)
	<u>(43.977)</u>	<u>(68.195)</u>	<u>(23.857)</u>	<u>(46.219)</u>

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Custo dos serviços prestados:				
Custo de obra	(164.763)	(271.422)	(128.124)	(214.445)
Provisão para manutenção	(24.991)	(51.266)	(17.161)	(40.233)
Pessoal	(25.792)	(50.234)	(26.779)	(51.174)
Conservação e manutenção	(17.555)	(33.229)	(18.807)	(32.910)
Serviços de terceiros (a)	(14.640)	(27.376)	(12.454)	(24.420)
Seguros	(1.836)	(3.694)	(1.880)	(3.664)
Depreciações e amortizações	(59.192)	(116.172)	(49.622)	(98.076)
Poder concedente (b)	(43.245)	(67.031)	(23.408)	(45.378)
Locações de imóveis e máquinas	(636)	(1.109)	(513)	(1.164)
Outras despesas operacionais	(3.171)	(8.847)	(3.317)	(6.696)
Total	<u>(355.821)</u>	<u>(630.380)</u>	<u>(282.065)</u>	<u>(518.160)</u>

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

	01/04/2026	01/01/2026	01/04/2025	01/01/2025
	a	a	a	a
	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2025</u>
Despesas administrativas:				
Provisão para riscos e despesas processuais	(1.574)	(3.158)	(7.101)	(5.814)
Pessoal	(4.803)	(9.952)	(4.904)	(9.509)
Conservação e manutenção	(359)	(461)	(496)	(863)
Serviços de terceiros	(4.243)	(8.798)	(5.090)	(9.752)
Depreciações e amortizações	(1.155)	(2.283)	(1.127)	(2.265)
Locações de imóveis e máquinas	(38)	(62)	-	(45)
Outras despesas operacionais	(481)	(998)	(730)	(1.251)
Total	<u>(12.653)</u>	<u>(25.712)</u>	<u>(19.448)</u>	<u>(29.499)</u>

- (a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.
- (b) Corresponde ao pagamento de ônus de fiscalização e outorga variável que somam um total de 8,50% das receitas de pedágio e receitas acessórias da Companhia, evidenciados na nota explicativa nº 15. Para o primeiro semestre de 2026, o aumento ocorre em função do reconhecimento da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro relativo aos impactos da Covid-19.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	01/04/2026	01/01/2026	01/04/2025	01/01/2025
	a	a	a	a
	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2025</u>
<u>Receitas financeiras</u>				
Receita de aplicações financeiras	22.380	37.630	11.087	23.580
Outros	23	151	750	986
Total	<u>22.403</u>	<u>37.781</u>	<u>11.837</u>	<u>24.566</u>
<u>Despesas financeiras:</u>				
Juros e variação monetária sobre				
Empréstimos /Debêntures	(96.454)	(162.573)	(60.723)	(121.094)
Provisão para manutenção - AVP	(6.003)	(10.676)	(3.930)	(7.827)
Amortização de custos com emissão de				
Empréstimos /Debêntures	(295)	(590)	(295)	(590)
Juros de arrendamento	(1.275)	(2.025)	(729)	(1.711)
Despesas bancárias (a)	(21.127)	(26.665)	(5.383)	(10.389)
Atualização processos judiciais	(2.260)	(2.811)	(4.631)	(3.677)
Outras despesas financeiras	(1.240)	(1.980)	(1.512)	(2.384)
Total	<u>(128.654)</u>	<u>(207.320)</u>	<u>(77.203)</u>	<u>(147.672)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(106.251)</u>	<u>(169.539)</u>	<u>(65.366)</u>	<u>(123.106)</u>

Notas Explicativas

- (a) No primeiro semestre de 2026 a companhia efetuou o pagamento de R\$ 14.666 referente a comissão de estruturação de Cartas Fianças.

26. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 41 (norma internacional IAS 33) - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o período findo em 30 de junho de 2026.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Lucro (prejuízo) básico/diluído por ação:				
Lucro (prejuízo) líquido do período	101.995	109.086	9.788	17.480
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	1.177.584	1.177.584	1.177.584	1.177.584
Lucro (prejuízo) básico	0,087	0,093	0,008	0,015
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures	79.436	79.436	72.366	72.366
Lucro (prejuízo) diluído	0,081	0,087	0,008	0,014

O efeito do potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures com partes relacionadas emitidas em 2021, vide nota explicativa nº 14.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado**a) Exposição a riscos cambiais**

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- BNDES FINEM: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2026, conforme quadro a seguir:

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Dívida (i)	3.212.659	2.734.986
Caixa e equivalentes de caixa	(572.092)	(423.034)
Aplicações financeiras vinculadas	(69.489)	(66.609)
Dívida Líquida	<u>2.571.078</u>	<u>2.245.343</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>1.284.463</u>	<u>1.175.377</u>
Índice de endividamento líquido	<u>2,00</u>	<u>1,91</u>

(i) A dívida é definida por empréstimos e financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação de R\$15.330 para empréstimos e financiamentos e de R\$3.897 para debêntures em 30 de junho de 2026 e de R\$15.735 para empréstimos e financiamentos e de R\$4.083 para debêntures em 31 de dezembro de 2025, respectivamente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 13 e nº 14.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia.

- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 30 de junho de 2026, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas

		<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Ativos:			
Equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	572.092	423.034
Aplicações financeiras vinculadas (i)	Custo amortizado	69.489	66.609
Contas a receber (ii)	Custo amortizado	82.242	76.352
Contas a receber - partes relacionadas (ii)	Custo amortizado	318	1.311
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	159.698	104.450
Empréstimos e financiamentos (iii e iv)	Custo amortizado	1.962.539	1.528.905
Debêntures (v)	Custo amortizado	445.735	437.189
Debêntures - partes relacionadas (vi)	Custo amortizado	804.385	768.892
Arrendamento Mercantil (vii)	Custo amortizado	30.909	28.682
Credor pela concessão (viii)	Custo amortizado	116.606	269.942
Partes relacionadas (ii)	Custo amortizado	445	1.993

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.
- (ii) Os saldos de fornecedores, contas a receber e partes relacionadas possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
- (iii) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados ao IPCA, o qual acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis. Os valores apresentados não consideram o saldo de custo de captação para cada uma das operações.
- (iv) O saldo referente ao custo de captação é de R\$15.330 em 30 de junho de 2026 e de R\$15.735 em 31 de dezembro de 2025.
- (v) O saldo referente ao custo de captação é de R\$3.852 em 30 de junho de 2026 e de R\$4.036 em 31 de dezembro de 2025.
- (vi) O saldo referente ao custo de captação é de R\$45 em 30 de junho de 2026 e de R\$47 em 31 de dezembro de 2025.
- (vii) Os valores justos do arrendamento mercantil aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados ao CDI, que acompanha as taxas de mercado.
- (viii) O saldo do Credor para Concessão é igual ao valor justo na data do balanço patrimonial.

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam “ratings” AAA, baseado nas avaliações das principais agências de “rating”. Para contas a receber, o recebimento majoritariamente ocorre por meios eletrônicos, através das empresas de cobrança automática de pedágio e operadoras de cartão, mitigando o risco de inadimplência da Companhia.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2026	2027	2028	2029 em diante
1ª Emissão de debêntures - conversíveis em ações	9,77%	563.044	3.798.865	-	-	-	3.798.865
1ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	9,77%	241.341	1.628.333	-	-	-	1.628.333
2ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	IPCA + 5,05%	445.735	707.176	18.253	36.516	38.399	614.008
Financiamento BNDES	IPCA + 5,21%	1.962.539	6.338.257	82.911	173.051	185.928	5.896.367
		<u>3.212.659</u>	<u>12.472.631</u>	<u>101.164</u>	<u>209.567</u>	<u>224.327</u>	<u>11.937.573</u>

e) Análise de sensibilidade**Risco de variação nas taxas de juros**

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do período findo em 30 de junho de 2026. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o período.

Notas Explicativas

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e CDI, principais indicadores do financiamento BNDES - FINEM contratado pela Companhia, e de rentabilidade dos recursos aplicados, respectivamente.

A Companhia está apresentando o cenário provável, mantida a taxa vigente no encerramento do trimestre, considerando como referência o cenário econômico corrente, como cenário para os próximos 12 meses. A taxa considerada foi a seguinte:

Referência para ativos e passivos financeiros		Cenário provável	
		30.06.2026	31.12.2025
CDI ativo (% a.a.)	(a)	14,15%	14,33%
CDI passivo (% a.a.)	(a)	14,15%	14,33%
IPCA ativo (% a.a.)	(b)	5,15%	4,32%
IPCA passivo (% a.a.)	(b)	5,15%	4,32%

- (a) Refere-se à expectativa de mercado para taxa CDI para o ano de 2026. Fonte de informação - "site" do Banco Central do Brasil:

<https://www.bcb.gov.br/htms/selic/selicdiarios.asp?frame=1>: Relatório acessado em 27 de julho de 2026.

- (b) Refere-se à expectativa de mercado para taxa IPCA para o ano de 2026. Fonte de informação - "site" do Banco Central do Brasil:

<https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20260724.pdf>: Relatório acessado em 27 de julho de 2026.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Instrumentos	Exposição em 30.06.2026	Risco	Cenário provável	
			%	Valor
Ativos financeiros:				
Equivalentes de caixa	572.092	CDI	14,15%	80.951
Aplicações financeiras vinculadas	69.48	CDI	14,15%	9.833
Total	641.581			90.784
Passivos financeiros:				
Debêntures BNDES	445.735	IPCA	5,15%	22.955
BNDES FINEM	1.962.539	IPCA	5,15%	101.071
Total	2.408.274			124.026
Impacto no resultado e no patrimônio líquido	(1.766.693)			(33.242)

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Instrumentos	Exposição em 31.12.2025	Risco	Cenário provável	
			%	Valor
Ativos financeiros:				
Equivalentes de caixa	423.034	CDI	14,33%	60.621
Aplicações financeiras vinculadas	66.609	CDI	14,33%	9.545
Total	489.643			70.166
Passivos financeiros:				
Debêntures BNDES	437.189	IPCA	4,32%	18.887
BNDES FINEM	1.528.905	IPCA	4,32%	66.049
Total	1.966.094			84.936
Impacto no resultado e no patrimônio líquido	(1.476.451)			(14.770)

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração do Grupo revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas dos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

28. SEGUROS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 30 de junho de 2026, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R\$	Vigência
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2026
Riscos nomeados e operacionais	219.000	Até julho de 2026
Equipamentos	251.890	Até julho de 2026
Veículos - frota	74.656	Até julho de 2026
D&O	53.000	Até agosto de 2026
Risco de engenharia	820.000	Até dezembro de 2027
Seguro garantia	2.131.602	Até junho de 2027
Fiança Locatícia	1.033	Até abril de 2030
Seguro patrimonial	49.239	Até março de 2027
Garantia judicial	14.572	Até agosto de 2029

Notas Explicativas

29. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

No exercício de 2026, a Companhia deverá investir aproximadamente R\$1,3 bilhões de reais, a fim de cumprir as obrigações contratuais da concessão.

Os investimentos previstos para 2026 estão representados principalmente pela duplicação da SP 304, SP 294 e SP 284, dispositivos de entroncamento, terceiras faixas, recuperação de pavimento, implantação de dispositivos de contenção viária, acostamentos, edificação de SAUs, equipamentos de tecnologia, entre outros. O contrato assinado com o governo paulista prevê investimentos de R\$14,1 bilhões - ao longo dos 30 anos (base junho/2020) - em infraestrutura e tecnologia, sendo que até o momento, a Companhia realizou um investimento total de R\$ 4 bilhões.

Assumimos contratualmente o compromisso de neutralizar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), calculadas em carbono equivalente (CO2e), proveniente das atividades de operação da concessionária, no sistema rodoviário. A Companhia contrata anualmente empresa especializada, denominada Organismo de Verificação, para realizar o inventário e quantificar as emissões de GEE, de acordo com as Especificações de Verificação do Programa Brasileiro GHG Protocol, norma ABNT NBR ISO 14064-3:2007 e Contrato de Concessão. O relatório emitido pelo Organismo de Verificação referente ao período de 2020 a 2024 totaliza 12,5 mil toneladas de CO2e. Em função deste levantamento a Companhia efetuou a compra de créditos no valor de R\$ 165 no exercício de 2025.

Em 30 de junho de 2026 a Companhia provisionou o valor de R\$38, para a compra de créditos, considerando 2,7 mil toneladas de CO2e

A Companhia realiza anualmente o inventário com a finalidade quantificar as emissões relativas às atividades de operação a serem neutralizadas e as compensações deverão ser executadas quinquenalmente (junho de 2030), consolidando as demandas indicadas nos inventários anuais para promover as medidas compensatórias.

30. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As seguintes transações não impactaram o caixa da Companhia:

	Nota explicativa	30/06/2026	30/06/2025
Reconhecimento do Direito de uso, pronunciamento técnico CPC 6 (R2)	11	8.556	12.339
Receita de construção	23	271.422	422.487
Custo de construção	24	(271.422)	(422.487)
Fornecedores aquisição de intangível (a)	10/12	(34.273)	(12.344)
Depreciação usinas de asfalto (b)	10	(1.425)	(1.239)
Aquisição de imobilizado (a)	9	(71)	(1.413)

(a) Valores pagos/creditados no período referente aquisição de períodos anteriores e que conciliam com aquisição de imobilizado e intangível do período.

(b) Depreciação de máquinas e equipamentos das usinas de asfalto que produziram CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a Quente para aplicação no intangível.

Notas Explicativas

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

31. EVENTO SUBSEQUENTE

Em atendimento ao descrito no Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 02/2024 assinado em 16 de dezembro de 2024, a companhia está realizando investimentos de forma antecipada ao previsto no POI e com acréscimos de serviços, evento que refletiu no desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Em função do evento de desequilíbrio causado pela antecipação das obras e pelo acréscimo de serviços, o referido "TAM" determina à recomposição do desequilíbrio, no montante de 80% dos valores investidos, os quais serão recompostos de forma cautelar a *pari passu* ao avanço físico das obras, com marcos de recomposição de respectivamente 33%, 66% e 100%. A Companhia informa que já havia atingido o primeiro marco e recebido em 05 de junho de 2026 o valor de R\$ 16.483 a título da primeira parcela. No mês de julho de 2026, a Companhia apresentou a comprovação alusiva ao segundo marco (66% de avanço físico), recebendo em 13 de julho de 2026 o valor de R\$ 17.439. Tais valores foram reconhecidos na Companhia como Adiantamento de Clientes até a apuração definitiva da recomposição do reequilíbrio, conforme previsto no respectivo "TAM".

32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 13 de agosto de 2026, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

São Carlos – SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional (IFRS Accounting Standards) IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

A revisão das informações financeiras intermediárias relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, apresentadas para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de revisão sem modificações, com data 12 de agosto de 2025.

Ribeirão Preto, 13 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-044415/F

Humberto Fernandes de Oliveira Filho
Contador CRC GO-018446/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI, Artigo 27, da Instrução CVM nº 80/22, pelo presente instrumento, os diretores da EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A. (Companhia) abaixo designados declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes período findo em 30 de junho de 2026.

São Carlos, 13 de agosto de 2026.

Robinson Alexandre de Avila
Diretor Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI, Artigo 27, da Instrução CVM nº 80/22, pelo presente instrumento, os diretores da EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A. (Companhia) abaixo designados declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes período findo em 30 de junho de 2026.

São Carlos, 13 de agosto de 2026.

Robinson Alexandre de Avila
Diretor Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores